

1 **ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA**
2 **DO BAIXO JAGUARIBE**

3 Aos 05 (cinco) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, das 08:30 h às 12:30
4 h, estiveram reunidos de forma virtual, através da plataforma Microsoft Teams, os
5 representantes das instituições membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Baixo
6 Jaguaribe, para discutir a seguinte **PAUTA**: Abertura, Acordo de Convivência e espaço
7 facultado para informes dos membros do colegiado; Aprovação da Ata da 34ª Reunião
8 Extraordinária e Resgate dos Encaminhamentos da Reunião Anterior; Discussão e aprovação do
9 Diagnóstico para atualização do Plano de Recursos Hídricos da Sub-região Hidrográfica do
10 Baixo Jaguaribe coordenado pela UFC/Programa Cientista Chefe; Encaminhamentos/Informes;
11 Encerramento. Estiveram presentes as seguintes instituições membros: **1. Associação**
12 **Comunitária Alto do Velame – Noilda Rocha; 2. Associação Comunitária José Estácio de**
13 **Sousa – Elidia Matos; 3. Associação dos Moradores de Lagoa Escura – Carlos Alberto Félix;**
14 **4. Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte – Anjerliana Sousa Oliveira; 5. FAFIDAM –**
15 **Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – Limoeiro do Norte – João Rameres Regis; 6.**
16 **Fundação Brasil Cidadão para Educação, Cultura, Tecnologia e Meio Ambiente – André**
17 **Luiz Braga Silva; 7. Instituto Agropólos do Ceará - Allysandro Soares Herculano Barroso e**
18 **Maria Marolina Saraiva Neta; 8. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do**
19 **Ceará – IFCE Limoeiro do Norte – Maria Giseuda de Freitas; 9. Paroquia Nossa Senhora da**
20 **Boa Viagem – Elieser Reinaldo Bezerra; 10. Sindicato dos Trabalhadores Rurais,**
21 **Agricultores (as) Familiares de Jaguaruana – Maria Gislene da Silva; 11. Sindicato dos**
22 **Trabalhadores Rurais, Agricultores(as) Familiares de Russas – José Pedro Ramalho; 12.**
23 **Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Limoeiro do**
24 **Norte – Lucas Mendes de Brito e Jacilene Matos Maia; 13. União das Associações**
25 **Comunitárias de Russas – Luzia Pereira da Costa; 14. Agrícola Famosa – Ana Paula de Sousa**
26 **Enéas Fernandes; 15. Agropecuária Jire Eirelli - EPP – Roberto César Pinheiro Regadas e**
27 **Joaquim Edmilson Sombra; 16. CAGECE UNBBJ – Francisco Helder Andrade; 17. Distrito de**
28 **Irrigação do Perímetro Tabuleiro de Russas – DISTAR – Tatiane de Araújo Moura; 18. Meri**
29 **Pobo Agropecuária Ltda – Mayara André Lopes; 19. Serviço Autônomo de Água e Esgotos –**
30 **SAAE Limoeiro do Norte – Carlos Vangerre de Almeida Maia; 20. Sistema Integrado de**
31 **Saneamento Rural da Bacia do Baixo e Médio Jaguaribe – Carlos Alberto de Lima Júnior;**
32 **21. Tropical Nordeste do Brasil – Arinergia Maria de Oliveira; 22. Associações dos**
33 **Pescadores(as) Artesanais, Trabalhadores da Pesca, Piscicultores, Marisqueiras,**
34 **Apicultores e Trab. Agricultura Familiar – APAMATRA – José Felipe Barreto do Amaral;**
35 **23. Associação Comunitária Vila Nova I – Deuselino da Silva; 24. Prefeitura Municipal de**
36 **Icapuí – José Marcelo da Silva; 25. Prefeitura Municipal de Itaiçaba – Aurinimara dos**
37 **Santos Araújo; 26. Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte – Raimundo José da Silva; 27.**
38 **Prefeitura Municipal de Jaguaruana – Francisco Edson Celedônio; 28. Prefeitura Municipal**
39 **de Russas – Adriano Oliveira Silva; 29. Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte –**
40 **Raimundo José da Silva; 30. Prefeitura Municipal de Palhano – Pedro Miguel do Nascimento;**
41 **31. Prefeitura Municipal de Quixeré – José Hamilton Ribeiro Andrade; 32. Câmara**
42 **Municipal de Palhano – Simplício Galvão Santiago; 33. SEMACE – Superintendência**
43 **Estadual do Meio Ambiente – Maria Evaneida Peixoto e Ângela Maria Santiago Bessa; 34.**
44 **Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação Russas – CREDE 10 – Francisca**
45 **Valfisia da Silva; 35. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Benício**
46 **Diógenes da Silva; 36. Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos –**
47 **FUNCEME – Ályson Brayner Sousa Estácio; 37. Secretaria dos Recursos Hídricos – Inês**
48 **Prata Girão; 38. Secretaria do Desenvolvimento Econômico SDE – Erildo Pontes e**
49 **Vandebert Rocha e 39. CPRM – Serviço Geológico Do Brasil – Cláudio César de Aguiar**
50 **Cajazeiras; 40. Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA – Francisco Ademarzinho**
51 **Ponte de Holanda; 41. Bessa Produção e Distribuição de Frutas LTDA – Johnathan Emanuel**
52 **Pinto Bessa; 42. Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Francisca Frankiele do Nascimento**

53 Silva. A equipe da COGERH Limoeiro do Norte estava composta pelo Sr. Hermilson Barros –
54 Gerente Regional; Sr. Leandro Nogueira – Coordenador do Núcleo de Gestão Participativa, o
55 Sr. Alexandre Diógenes – Coordenador do Núcleo de operações; Sr. Cleilson Almeida, Analista
56 em Gestão de Recursos Hídricos e as Sras. Emilia Regis e Maria Ley – Assistentes
57 Administrativas do Núcleo de Gestão, participaram também o Sr. João Lúcio, diretor de
58 planejamento – DIPLAN/Cogerh, Srs. Emanuel Oliveira, Ubirajara Patrício e Mateus Perdigão
59 da DIPLAN e Sandra Aquino, Universidade Federal do Ceará – UFC/Programa Cientista Chefe.
60 A reunião foi iniciada pelo Sr. Leandro Nogueira, que saudou a todos e justificou a ausência do
61 Presidente do colegiado Sr. Luiz Felipe, que encontra-se em visita a Israel; agradeceu a
62 presença do demais membros da diretoria e agradeceu a presença de todos e desejaram uma
63 reunião objetiva e produtiva. Em seguida passou palavra para as saudações iniciais. O Sr.
64 Emanuel Oliveira, representado a DIPLAN, ressaltou que a UFC através do Programa Cientista
65 Chefe está coordenando o processo de atualização do Plano de Bacias, seguindo as diretrizes
66 previstas em Lei para elaboração dos planos, que tem horizonte de 30 anos, revisados a cada 10
67 anos, e desejou uma excelente reunião a todos. A professora Sandra Aquino, saudou a todos
68 ressaltando que esta é uma etapa de construção do plano que posteriormente haverá um
69 documento de integração da região hidrográfica do Jaguaribe. O Sr. Hermilson saudou a todos
70 ressaltando que o plano é uma ferramenta para direcionar as ações de continuidade ao trabalho
71 de gestão participativa dos recursos hídricos na bacia. O Sr. Rameres Regis, saudou a todos
72 desejando uma reunião produtiva, ressaltando que o Comitê do Baixo é um espaço democrático.
73 Em seguida o Sr. Leandro fez a leitura da pauta da reunião e colocou em votação a ata da 34^a
74 Reunião Extraordinária do colegiado, que foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo
75 convidou o Sr. Mateus Perdigão, que fez um nivelamento sobre o andamento da trabalho para
76 atualização do Plano de bacias do Baixo Jaguaribe. O Sr. Mateus iniciou a apresentação
77 informando que processo de atualização dos planos de bacias no Ceará se deu por meio do
78 Termo de Cooperação Técnico Científico 001/2019/COGERH/UFC no âmbito do Programa Cientista
79 Chefe. Em seguida mostrou a linha do tempo da proposta de atualização, que se iniciou em
80 setembro/2020 (comissão provisória COGERH para definição de novo modelo de elaboração dos planos),
81 passando em seguida em outubro/2020 (aplicação de questionário com técnicos das regionais),
82 dezembro/2020 (apresentação da metodologia dos planos na reunião do Fórum Cearense de Comitês),
83 janeiro/2021 (Portaria 175/2021 - criando a comissão COGERH de acompanhamento dos planos),
84 fevereiro/2021 (reunião virtual com todas as regionais), fevereiro/2021 (reunião virtual com CBHs para
85 lançamento do Programa dos Planos de Recursos Hídrico do Ceará), março/2021 (aplicação do
86 questionário nos comitês de bacias), maio/2021 (início elaboração primeiro plano: Curu). Na sequência
87 apresentou a situação dos planos com os respectivos status, faltando ser elaborado os planos das regiões
88 hidrográficas do Médio e Baixo Jaguaribe e Metropolitanas. Explicou que o Plano de Recursos Hídricos é
89 um instrumento de gestão que serve como referência para a implementação e fortalecimento da gestão
90 integrada, descentralizada e participativa, devendo ser discutido e aprovado pelo Comitê de bacia,
91 estabelecendo ações de curto, médio e longo prazo para os desafios na área de recursos hídricos
92 identificados na respectiva bacia: disponibilidades hídricas; demandas, ocorrência de conflitos pelo uso
93 dos recursos hídricos; aspectos institucionais; aspectos ambientais e o enfrentamento dos eventos cíclicos
94 de secas. Apresentou a fundamentação legal (Lei 14.844/2010) e estrutura do plano que é composto do
95 diagnóstico, prognóstico e plano de ações e as respectivas etapas de execução que envolvem: a) reunião
96 de partida CBH; b) audiência pública - iniciando o diálogo; c) reunião de aprovação – CBH; d) Workshop
97 de Cenarização; e) reunião de aprovação do prognóstico; f) Primeiro Workshop de Programas e Ações; g)
98 pesquisa formulário on-line para priorização das ações; h) Segundo Workshop de Programas e Ações; i)
99 reunião de aprovação dos programas e ações – CBH. Destacou que a Região Hidrográfica do Baixo
100 Jaguaribe foi iniciado em 11/04/2023 e tem previsão de encerramento em Março/2024, e concluiu a
101 apresentação mostrando um registro fotográfico dos eventos já realizados. Prosseguindo a Sra. Sandra
102 Aquino, iniciou a apresentação do diagnóstico da região hidrográfica do Baixo Jaguaribe,
103 destacou a importância do plano de recursos hídricos, pois o Plano define a AGENDA neste
104 tema, Ações, programas e investimentos prioritários na Região Hidrográfica e será dividido em
105 três etapas: Diagnóstico, que será apresentado hoje, Prognóstico e Planejamento. Detalhando

106 cada uma das etapas. Apresentou um sumário de como está estruturado o diagnóstico, passando a
107 detalhar a Caracterização da Região Hidrográfica do Baixo Jaguaribe, que é abrangida por 12
108 municípios, porém somente 09 compõem o CBH. Limita-se à oeste com as RH's Metropolitanas, à
109 sul/sudoeste com as Regiões Hidrográficas do Banabuiú e Médio Jaguaribe, à leste com o estado
110 do Rio Grande do Norte e ao norte com o Oceano Atlântico e o principal afluente neste trecho é
111 o rio Palhano. Possui 15 adutoras convencionais; cerca de 599 espelhos d'água (2008-2017),
112 com 159 possíveis barragens de terra (Fernandes, 2018); O projeto Malha d'Água: Sistema
113 Adutor Baixo Jaguaribe-Litoral Leste, tendo como municípios atendidos Aracati, Fortim,
114 Itaiçaba, Jaguaruana, Palhano e Russas. Existe na área um curso d'água transfronteiriço, trata-se
115 do Córrego da Mata, um dos principais afluentes do Rio Arrombado em Icapuí. Possui 45
116 estações pluviométricas, e 13 estações fluviométricas das quais 03 foram selecionadas para
117 representar as vazões médias mensais (Quixeré: 13,67 m³/s, Passagem Russas 3,67 m³/s e Água
118 Fria 0,24 m³/s). Aspectos demográficos: População total: 398.899 habitantes (IBGE, 2010),
119 Limoeiro do Norte está entre os cinco municípios com melhor desempenho no PIB per capita, e
120 nenhum município apresenta valor de IDHM inferior a 0,599 (baixo). Passou a detalhar a
121 demanda hídrica atual, que possui 959 outorgas que possuem vigência em 2023 (concedidas
122 entre os anos de 2015 a 2023), totalizando uma demanda de 10.476,92 L/s, dos quais 5.194,31
123 L/s são da aquicultura e 3.915,23 L/s para irrigação. Quanto ao Abastecimento Humano, a
124 demanda instalada do Baixo Jaguaribe = 429,2 L/s, destacando-se Aracati = 95,7 L/s e Russas =
125 95,6 L/s. Porém não há uma base consolidada de dados relativos à realidade hídrica dessas
126 comunidades, recomenda-se que na proposição dos Programas e ações seja incluída ação
127 específica para constituir um banco de dados sobre a demanda de abastecimento das
128 comunidades, identificando quais enfrentam problemas de abastecimento, além de outras ações
129 definidas pelo Comitê com o propósito de evitar a insegurança hídrica dessas populações;
130 Demanda Instalada da Irrigação – O Censo Agropecuário (2017) indica uma Área irrigada de
131 11.827,20 ha, das quais Lavouras temporárias (6.729,89 ha) e Lavouras permanentes (5.097,31
132 ha). Representando a Demanda = 10.963,04 L/s. Já a Análise espacial das áreas irrigadas
133 (Funceme, 2021) indica uma Área irrigada de 20.796,24 ha, com uma demanda de 15.851,15
134 L/s. Já a Demanda total de dessedentação animal é 120,83 L/s (Bovino: 71,80 L/s e Galináceo-
135 1,43 L/s). No comparativo da Demanda temos: 10.382,11 L/s (outorgas); 14.612,18 L/s (Usos
136 consuntivos – ANA); 21.045,46 L/s (Mapeamento Funceme) e 16.707,34 L/s (Censo
137 Agropecuário). Destacou que OFERTA HÍDRICA ATUAL, levou em consideração os Aspectos
138 quantitativos (águas superficiais e águas subterrâneas) e Aspectos qualitativos (águas
139 superficiais). Sendo que o açude Santo Antônio de Russas é o único monitorado na Bacia, que
140 recebe Transferência da Região Hidrográfica do Médio Jaguaribe média de 13.000,00 L/s. Já os
141 poços avaliados para composição do diagnóstico acerca das águas subterrâneas na RHBJ:
142 Domínio Cristalino - Aquífero Fissural – 243; Domínio Poroso (Aquífero Barreiras e aquífero
143 Açú) 1.487; Domínio Cárstico - Aquífero Jandaíra: 1.694; Aquíferos aluvionares: 4.136 e Sem
144 informações: 715. Com as Vazões médias (m³/h) para os aquíferos: Cristalino (3,3); Açú (16,7);
145 Jandaíra (65,4); Barreiras (15,5); Aluvião (14,1) e Dunas (11,8). Que totalizam uma
146 Disponibilidade efetiva de 101.358.466,70 m³/ano. Quanto a qualidade das águas superficiais
147 podem ser consideradas predominantemente Eutrófico (Indica produtividade alta, apresentando
148 baixa transparência e sendo, em geral, afetados por atividade antrópicas). Já os poços
149 apresentam Valor Máximo Permitido (VMP) para STD superior a 500 mg/L (limite
150 recomendado). Passando ao Balanço Hídrico, com vazão regularizada com garantia de 90%. O
151 açude Santo Antônio possui vazão regularizada de 269,89 L/s, acrescido da transferência de
152 13,0 m³/s do Castanhão, totalizando a oferta de 13.269,89 L/s. Comparando-se com a demanda
153 anterior temos: superavit de 2.887,78 L/s (outorgas); Déficit's de -1.342,29 L/s (Usos ANA); -
154 7.775,57 L/s (Funceme) e -3.437,45 L/s (Censo Agropecuário). Detalhou eventos de seca e das
155 variáveis de duração e severidade para o Baixo Jaguaribe no período de 1911 a 2018,
156 destacando os anos de 1979 e 2012. Já quanto a Inundações, entre 1991 a 2012 a Região
157 Hidrográfica do Baixo Jaguaribe apresentou 273 inundações excepcionais, destacando que em
158 2022 e 2023 as fortes chuvas que ocorrem em todo o Vale do Rio Jaguaribe causaram muitos

159 prejuízos e preocupação para os moradores, em que todos os municípios foram afetados, tendo
160 sido decretada situação de emergência em Tabuleiro do Norte. Passando às questões ambientais,
161 destacou algumas Áreas fortemente degradadas, relacionando algumas problema ambientais na
162 RHBJ; Citando que a Chapada do Apodi, além dos Complexos Agroindustriais modificarem a
163 paisagem das caatingas preservadas ou dos poucos remanescentes de porte arbóreo, outras
164 atividades crescem em seu platô – a exemplo da indústria cimenteira. Importante mencionar,
165 que a mineração pode causar profundos e irreversíveis impactos, exigindo os rigores da
166 legislação ambiental nesta atividade. O Baixo Jaguaribe já teve cinco dos seus municípios
167 contemplados com o Programa Selo Município Verde (PSMV) no período de 2011 a 2022
168 (Icapuí, Jaguaruana, Morada Nova, Russas e Tabuleiro do Norte). Já na 14^a Edição do PSMV
169 (2020-2022) os municípios de Morada Nova e Russas foram agraciados com o Selo Município
170 Verde Categoria C; Ressaltou ainda que durante a realização da Audiência Pública, que figura
171 como das etapas de construção do referido plano, foi informado que as comunidades e
172 instituições presentes nos territórios da Chapada do Apodi, no município de Tabuleiro do Norte,
173 estão se articulando para propor uma APA para proteção da socio biodiversidade. No Capítulo
174 sobre gestão de recursos hídricos: políticas, instrumentos e aspectos institucionais apresentou o
175 organograma do modelo cearense de gestão dos recursos hídricos, bem como os principais
176 marcos políticos-institucionais da RH do Baixo Jaguaribe: 1996 (Reunião dos usuários da bacia
177 do Jaguaribe); 1999 (implantação do CSBH BJ e posse primeira diretoria do colegiado); 2011
178 (Formação da CG do açude Santo Antônio de Russas); 2022 (Planejamento estratégico 2022-
179 2026). Citou que a Região Baixo Jaguaribe representa 2% do valor faturado pelo uso de água
180 bruta no Estado do Ceará, sendo as principais categorias de uso que compõem o faturamento da
181 RHBJ o Abastecimento Público, a Irrigação e a Indústria, perfazendo um total faturado de 39%,
182 31% e 28% respectivamente; Categorias com maior representatividade quanto ao consumo de
183 água: Irrigação e Piscicultura, com peso de 79% e 17% respectivamente; A inadimplência da
184 bacia encontra-se em torno de 5% do valor faturado, representada principalmente pela categoria
185 da carcinicultura. Quanto aos aspectos da Alocação de Águas, Conflitos e Gestão de Secas,
186 apresentou a Série histórica de vazões operadas (2011 a 2022) do açude Santo Antônio de
187 Russas, citou Alguns conflitos pelo uso das águas e Algumas demandas registrada nas atas de
188 reuniões do CSBH-BJ no período 2010 a 2022. Bem como as Estratégias adotadas para gestão
189 de secas: abastecimento de comunidades via operação carro pipa; Implantação de cisternas de
190 placas e de polietileno; Uso de água subterrânea; Atualização das demandas para consumo
191 humano; Adutoras de Montagem Rápida; Reutilização de águas; Ações de regularização e
192 fiscalização de usuários; e Definição de premissas. Detalhou a Gestão de segurança das
193 barragens da COGERH e DNOCS, bem como os Planos de Segurança de Barragens. Destacando
194 que o açude Santo Antônio de Russas, foi classificado como Magnitude Média e Nível de Perigo
195 Atenção (NP = 1), conforme vistoria realizada no dia 17/05/2022. Finalizada a apresentação foi
196 aberto espaço para a plenária. O Sra. Inês, perguntou sobre os estudos dos aquíferos.
197 Vandemberk, questionou se as áreas de camarão localizadas em Área de Preservação Ambiental
198 – APP correspondem ao total de camarão da bacia, questionou ainda se o levantamento
199 ambiental e os conflitos identificados foram baseados em relatos do comitê ou foi mais
200 expansivo? O Sr. Pedro Miguel, perguntou quem resolverá a questão do conflito do açude Santo
201 Antônio de Russas, que a Comissão Gestora se apoderou do açude e não aceita liberação a
202 jusante que beneficiaria cerca de 700 famílias, mesmo o açude estando cheio. É necessário fazer
203 um levantamento porque a área de Palhano é toda salinizada e não tem água subterrânea de
204 qualidade. A Sra. Sandra respondeu que a água subterrânea é de extrema importância para a
205 bacia, e existe alguns estudos em andamento que ainda não foram concluídos, por isso o
206 diagnóstico traz algumas orientações para esses dados serem incorporados. Em relação às
207 fazendas de camarão, existem conflitos em algumas fazendas, sendo que a carcinicultura é
208 necessário um levantamento a ser feito para se ter um diagnóstico da real demanda instalada,
209 bem como a localização das mesmas, se estão em área de APP e esse pode ser uma demanda a
210 ser feita posteriormente. Em relação ao conflito do açude Santo Antônio é uma discussão que
211 precisa ser negociada pelo Comitê e comissão para definir critérios, bem como ações

212 alternativas para abastecimento dessas comunidades, o que pode ser pontuado no prognóstico do
213 plano. O Sr. Elieser ressaltou que a Paróquia de Itaiçaba levanta algumas questões sobre o
214 Canal do Trabalhador e barragem de Itaiçaba que afetam o município, e que essa não estão só
215 para homologar as decisões do Governo, destacou ainda as decisões do CONERH que já
216 definem as macro vazões e não escutam os Comitês do Jaguaribe. O Governo tem que tomar
217 uma atitude e projeto para revitalização do Canal do Trabalhador, não ficar só com
218 bombeamento reverso, o Baixo Jaguaribe não teve nenhuma ação de ressarcimento. O Sr.
219 Hermilson parabenizou a Sandra pela apresentação e ressaltou que pode contribuir com alguns
220 dados da carcinicultura, sendo que a SDE realizou um senso da carcinicultura que podem
221 contribuir com as informações, bem como um cadastro da associação dos carcinicultores,
222 quanto a gestão das secas, um dos pontos que marcou a região foi a redução de 75% da área
223 irrigada na região devido o baixo volume disponível no açude Castanhão no período de seca, em
224 que os comitês fixaram premissas, levando também a um incremento no faturamento, porém as
225 despesas com a bacia são superiores ao que é arrecadado na bacia, por isso é importante incluir
226 essas informações no plano. Destacou que o CONERH definiu uma macro vazão alocável de até
227 20 m³/s em 2023, sendo que os comitês aprovaram uma vazão média de 18 m³/s, sendo que
228 mesmo nesse período de maior consumo, conseguirá manter todo o trecho perenizado. A Sra.
229 Sandra respondeu que no diagnóstico foram abordados os dados de outorga e mesmo com esses
230 estudos citados, faz-se necessário um estudo mais detalhado para definição a vazão instalada da
231 carcinicultura, abordando a questão da sazonalidade e áreas de tanque. Ressaltou que boa parte
232 dessas observações serão trabalhadas no prognóstico, inclusive com o levantamento da
233 despesas. Essa discussão do CONERH podem ser discutidas também no projeto Alocar, também
234 no âmbito do Programa Cientista Chefe, que trará uma proposição de ajustes no modelo de
235 gestão. O Sr. Carlos Félix disse que dado a dimensão e importância do diagnóstico, acha pouco
236 tempo para discutir e aprovar o mesmo. A Sra. Sandra ressaltou que a algum tempo vem sendo
237 discutido o diagnóstico, desde a reunião de partida, foi realizada uma audiência pública, a
238 Câmara Técnica realizou a leitura e encaminhou sugestões que foram incorporadas, sendo que
239 as ações ficarão para a etapa seguinte, sendo que serão realizadas oficinas específicas para
240 discussão das ações, bem como o momento do prognóstico, em que serão realizadas entrevistas,
241 a aprovação está sendo realizada por etapa, sendo que a participação da Câmara Técnica é de
242 extrema importância nesse processo. O Sr. Elieser ressaltou ainda a problemática da
243 carcinicultura em Itaiçaba, que captam água de maré, e quando a barragem para de receber água
244 do Castanhão ocorre a salinização da mesma. O Sr. Pedro Miguel ressaltou também a questão
245 ambiental envolvida nesse processo. A Sra. Sandra ressaltou que no Workshop será trabalhado o
246 levantamento da demanda futura de abastecimento, irrigação, carcinicultura, dentre outros usos,
247 bem como serão realizadas entrevistas com pessoas chaves na bacia nessa discussão.
248 Prosseguindo o Sr. Leandro colocou em votação a aprovação do **diagnóstico apresentado pela**
249 **professora Sandra, sendo o mesmo aprovado por unanimidade**. O Sr. Leandro informou que
250 o próximo passo será a realização do Workshop Sementes do Futuro, sendo que o do Médio
251 Jaguaribe ocorrerá no dia 12 e o do Baixo Jaguaribe no dia 19 de setembro, ambos de forma
252 virtual, o convite será enviado para todos os membros do colegiado. O Sr. Leandro informou
253 que o Comitê do Baixo Jaguaribe esteve muito bem representado no ENCOB, com 06 membros
254 do colegiado participando do mesmo, em que o Sr. Aridiano foi eleito para compor a
255 Coordenação Nacional dos Comitês de Bacias. Destacou ainda que a 77^a Reunião Ordinária do
256 CSBH Baixo Jaguaribe, será realizada no dia 28 de setembro, no município de Palhano. E não
257 havendo nada mais a se tratar, o Sr. Leandro, declarou encerrada a reunião, e eu Cleilson
258 Almeida, analista em gestão de recursos hídricos do Núcleo de Gestão Participativa da Gerência
259 regional da Cogerh Limoeiro do Norte, lavrei a presente Ata.